

A tendência renovadora do PCB: atuação e programa político (1970-1983)

RICARDO RODRIGUES ALVES DE LIMA¹

Introdução

O presente trabalho tem por objeto de pesquisa a tendência renovadora do PCB, sua atuação política e o programa democrático que formulou para a conquista do poder do Estado entre os anos de 1970 e 1983. Essa tendência cujas origens podem ser remetidas pelo menos aos anos 1950 está representada na trajetória de dirigentes e intelectuais como Armênio Guedes, Aluísio Teixeira, David Capistrano Filho, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna, entre outros. Na história do PCB esta tendência singularizou-se pela síntese que buscou entre luta pela democracia e análise marxista inspirada em autores como Lukács e Gramsci, no intuito de superar a influência teórico-política stalinista no partido.

A expressão “renovadores” é utilizada por representar o propósito que tinham os intelectuais aqui pesquisados, ou seja, o de uma “renovação democrática” do partido e da sociedade. “Renovação democrática” é uma expressão que aparece, por exemplo, no ensaio *A democracia como valor universal* (1979) de Carlos Nelson Coutinho, mas também é comum nos textos de outros que fizeram parte do mesmo projeto. Além de ser utilizada pelo principal historiador desta tendência, Raimundo Santos (1994). Privilegia-se nesta pesquisa a atuação dos renovadores no PCB².

Para a pesquisa sobre a atuação e a concepção político-ideológica dos renovadores foram pesquisados documentos históricos do PCB, livros que produziram, entrevistas com alguns de seus principais representantes, além de jornais e revistas de que participaram

¹ Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Campus Goiânia. Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Bolsista Capes.

² O XX Congresso do PCUS de 1956 e a denúncia dos crimes de Stalin teve forte repercussão no interior do PCB, levando à dissidência do grupo de Agildo Barata. Em maio de 1957, liderados por Barata, um grupo de intelectuais, entre os quais Osvaldo Peralva, intitulado “Grupo Renovador”, rompeu com o PCB e constituiu a *Corrente Renovadora do Marxismo Brasileiro*, propondo a substituição do partido por uma frente integradora de todos os nacionalistas e socialistas não-marxistas e a luta pelo socialismo pela via democrática. Em setembro do mesmo ano, a Corrente Renovadora fundou a revista *Novos Tempos* (SANTOS, 1994). A proximidade da proposta deste grupo com a tendência aqui pesquisada é notória, precisamente pela tentativa de renovação a partir da crítica ao stalinismo. No entanto, o enfoque da pesquisa privilegia o processo de renovação que ocorreu no interior do PCB e que se manteve pelos anos posteriores. Daí a não inclusão do grupo liderado por Barata como objeto principal de discussão.

ativamente, com destaque para os jornais *Voz Operária* (1967-1981), *Voz da Unidade* (1980-1983) e a revista *Temas de Ciências Humanas* (1977-1981). Esta produção político-cultural materializada em jornais, livros, revistas e entrevistas é considerada um instrumento privilegiado, embora não o único, para rastrear historicamente a trajetória deste grupo de intelectuais que fez da renovação democrática do PCB, da esquerda e da política brasileira o eixo de seu programa político. Documentos produzidos pelo Estado brasileiro, como o Inquérito Policial Militar 709 (1966), da biblioteca do Exército, também foram utilizados nesta pesquisa para confrontar com os dados obtidos nas fontes produzidas pelo PCB e pelos renovadores.

A construção e interpretação do objeto teve por parâmetro até o momento a relação que se estabelece entre classe social, intelectuais e partidos na disputa pelo poder do Estado ao longo da história. Nesse sentido, estudos como os de Gramsci sobre a relação entre intelectuais, partido e classes sociais constituem uma referência teórico-metodológica fundamental a ser retomada e interrogada para a análise qualitativa dos dados obtidos. No entanto foram utilizadas até o momento mais como sugestões para a interpretação dos dados para não se incorrer na aplicação mecânica dos conceitos de modo a sobrepô-los à realidade histórica abordada. No caso específico deste trabalho, foi observada principalmente a relação classe operária, renovadores e PCB na luta pelo poder do Estado em momentos importantes da história brasileira (1943-1947; 1952-1958; 1970-1983).

Embora os dados ainda sejam parciais, a história dos intelectuais abordados neste trabalho foi reconstituída em suas intenções e ações a partir dos seguintes critérios: a produção de documentos e textos teóricos e políticos em geral, analisada em suas características intrínsecas e comparada com a ação destes intelectuais para levarem adiante o projeto de renovação no interior das instituições em que atuaram, especialmente no PCB. Assim, a trajetória dos renovadores foi delineada a partir da pesquisa sobre os caminhos que assumiram no interior do partido e diante da disputa pelo poder do Estado no Brasil para levar à frente o programa democrático.

Dado o envolvimento dos intelectuais de um partido comunista com aquilo que Lênin³ conceituava como agitação e propaganda, especialmente este segundo aspecto, os

³ Segundo Lênin: “É por isso que o propagandista actua principalmente por meio da palavra *impressa*, enquanto o agitador actua de *viva voz*. Ao propagandista exigem-se qualidades diferentes das do agitador. Diremos que Kautsky e Lafargue, por exemplo, são propagandistas, enquanto Bebel e Guesde são agitadores [...] Com efeito,

jornais e revistas constituem um meio privilegiado para se identificar as tendências e programas existentes em um partido político.

Diante do que foi exposto, os documentos políticos, artigos e textos em geral produzidos pelo PCB e pelos renovadores serviram até o momento como ponto de apoio para a análise das intenções/projetos de seus autores e a leitura que fizeram do contexto em que atuaram. Por outro lado, o estudo de trabalhos realizados por pesquisadores do tema, a análise das biografias escritas por aqueles que militaram no PCB, entrevistas feitas com aqueles que integraram a corrente renovadora ou foram seus opositores constituiu a técnica de pesquisa empregada para avançar na interpretação dos dados fornecidos pela análise dos documentos políticos e teóricos.

Por fim, a pesquisa também tem se desenvolvido por meio do diálogo com algumas das principais referências na interpretação teórica sobre o tema, o que será exposta num tópico específico deste texto.

Para o estudo da trajetória dos renovadores é proposta uma periodização geral que esteja de acordo com a dinâmica assumida por essa corrente no interior do PCB. Assim, é feita inicialmente uma discussão sobre a gênese do movimento, localizada nos anos de 1943 a 1947 e de 1952 a 1958. No entanto, esses momentos não constituem o objeto principal da pesquisa. A prioridade é dada ao momento em que os renovadores constituem uma tendência com capacidade para elaborar um programa para a sociedade e disputar a liderança do Partido. Nesse sentido, o marco inicial aqui considerado é a publicação em março de 1970 da Resolução Política do Comitê Estadual da Guanabara, redigida por Armênio Guedes, texto que sintetizou a concepção política e a estratégia de enfrentamento da ditadura militar adotada em suas linhas gerais pelos renovadores.

Os resultados da pesquisa até o momento indicam que a fase iniciada em 1970 estendeu-se até o ano de 1983, o qual corresponde à saída de vários dos mais importantes representantes dos renovadores à época, no Rio de Janeiro e São Paulo, como Armênio

tomemos, por exemplo, a luta actual dos sociais-democratas alemães contra os direitos alfandegários sobre os cereais. Os teóricos escrevem estudos de investigação sobre a política aduaneira em que “apelam”, digamos assim, para a luta pela conclusão de tratados comerciais e pela liberdade de comércio; propagandista faz o mesmo nas revistas e o agitador nos seus discursos públicos. A “acção concreta” das massas consiste, neste caso, na assinatura de uma petição dirigida ao Reichstag exigindo que não sejam aumentados os direitos alfandegários sobre os cereais. O apelo pra esta acção parte indirectamente dos teóricos, dos propagandistas e dos agitadores, e directamente dos operários que percorrem s fábricas e as casas particulares com as listas de adesão à petição” (LÊNIN, 1986:127).

Guedes, David Capistrano Filho, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, Ubiratan de Paula Santos, Werneck Vianna e outros. Eles viriam a reagrupar-se logo em seguida na *Revista Presença*, a qual agregou uma série de intelectuais ligados a essa corrente, dando início a outro momento da história dos renovadores, não mais plenamente identificada ao PCB.

A hipótese vislumbrada no momento é que em 1983 rompeu-se a possibilidade de constituição de um novo núcleo dirigente no PCB – outro elemento importante na composição de um partido comunista que segue o modelo soviético.

Com relação à periodização proposta por esta abordagem, isto é, o momento situado entre 1970 e 1983, entende-se que ele comporta uma subdivisão no ano de 1976. Em 1971 o Comitê Central do PCB decidiu enviar um terço de seus integrantes ao exílio e especialmente entre 1974 e 1976 o governo militar empreendeu uma ação repressiva contra o partido que culminou com a prisão e assassinato de vários de seus militantes e dirigentes. Também neste período, os aparelhos de repressão do Estado conseguiram desarticular as iniciativas de reinserção do PCB nas empresas⁴, especialmente na grande São Paulo. Mas os dados da pesquisa indicam que a partir de 1976 houve um processo de reorganização do PCB com participação decisiva dos renovadores, expressa nos seguintes fatos: formação da Comissão Estadual de Reorganização do PCB em São Paulo, sob a direção de David Capistrano Filho; a reorganização, sob a liderança de Armênio Guedes, dos renovadores que estavam no exílio e a importante participação que tiveram na *Voz Operária* entre 1976 e 1979; a organização da revista *Temas de Ciências Humanas*, em 1977, por Gildo Marçal Brandão, José Chasin, Marco Aurélio Nogueira e Nelson Werneck Sodré; e a fundação da *Voz da Unidade*, em 1980, dirigida pelos renovadores pelo menos até meados de 1981. Ali se esboçou um novo núcleo dirigente constituído em torno de um programa democrático. Essa reorganização encaminhou-se para uma disputa de hegemonia no interior do PCB, culminando com a derrota dos renovadores.

Considerações sobre o tema na bibliografia

⁴ Trata-se do Plano de Construção e Consolidação do Partido nas Empresas (PLACCONPE).

Os estudos sobre o significado da cultura política legada pelo PCB por sua atuação durante o período da chamada “transição democrática” entre as décadas de 1970 e 1980 revelam um conjunto de tendências conflitantes em torno da questão. Num breve levantamento sobre o debate realizado em torno do tema desde a década de 1990 é possível perceber que, ainda hoje, ele vincula-se à tentativa dos intelectuais de apontarem os caminhos para a ação política no presente. Assim, na análise historiográfica ou sociológica do tema, há, por um lado, aqueles que não deixam de apontar as debilidades e equívocos da estratégia do PCB, como Secco (2002; 2006) e Said (2009), por outro, autores que, por diferentes ângulos, procuram valorizar a tradição política do PCB e apontar os meios para sua continuidade, como Mazzeo (1999), Santos (1994; 2012) e Werneck Vianna (1997).

Dada a importância que a tendência renovadora teve no período por sua participação política e contribuição teórica – como nos estudos que difundiu sobre Gramsci – alguns estudos recentes têm buscado apontar o papel dos renovadores na história do PCB e da luta pela democracia no Brasil. Entre eles, destaca-se Raimundo Santos, seguramente o principal historiador da corrente renovadora no Brasil. A pesquisa que realiza tem buscando identificar, na trajetória do Partido, uma linha de ação original no campo da esquerda no Brasil e que, na atualidade, ainda mereceria ser preservada. Assim, num livro sugestivamente intitulado *O Pecebismo Inconcluso*, Santos ressalta que:

Do ponto de vista historiográfico, já seria gratificante se a hipótese que alimenta todo o livro se postasse visível para o leitor. O que insistentemente se sugere é que o quanto há de “originalidade”, e responde pela gravitação do PCB na vida nacional, sobretudo nos anos 60, na Resistência (e no início da transição tancredista), é uma elaboração política que abre passagem a duras penas e a contrapelo do determinismo marxista-leninista, que se quer ver como único no PCB (SANTOS, 1994: 11).

No caso, a elaboração política que se fez em oposição ao determinismo marxista-leninista seria, na visão do autor, uma concepção de “gradualismo reformador pluriclassista” (Santos, 1994). Sua principal expressão política seria a estratégia que assume a democracia como um fim, não como mero expediente tático, a ser levada a cabo por uma frente única pluriclassista – não necessariamente fundamentada na hegemonia da classe operária. A

centralidade da questão democrática para a “corrente renovadora” é bem assinalada por Santos:

Em aliança com os sobreviventes que se posicionaram do lado renovador em 1956/57, fizeram a defesa da política de unidade das forças antiditatoriais, definida no partido desde 1965 como "ampla frente de resistência, oposição e combate à ditadura", um gradualismo centrado na luta pelas liberdades democráticas, como orientação política alternativa à vaga esquerdista da época. Daí em diante, a política de vocação democrática se enraizaria no PCB e faria ponte entre aquela geração renovadora mais antiga — Armênio Guedes é o exemplo — e jovens intelectuais lukacsianos, primeiro, gramscianos, depois, que iriam nuclear a segunda renovação no começo da transição em torno do esforço para substantivar a "estratégia de frente democrática" (SANTOS, 1994: 54).

Há um dado importante na observação de Santos (1994) que é a identificação dessa trajetória renovadora à luta em sua história contra as forças ditatoriais pela democracia. Fator esse que ajuda a explicar a contínua aproximação de muitos renovadores ao campo do liberalismo, como o próprio Santos, segundo nossa leitura. Além desse dado, uma contribuição importante deste autor a ser destacada é a tentativa de mapear na história o fio de continuidade na trajetória dos renovadores, a qual teria em Armênio Guedes uma referência decisiva. Seu último ensaio, “O marxismo político de Armênio Guedes”, é um bom exemplo:

Estas notas introdutórias procuram desenvolver a proposição de que a identidade do PCB se refunda quando os pecebistas passam a valorizar a política a partir do suicídio de Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954 e, sobretudo, no tempo subsequente ao relatório sobre a Era Stalin, apresentado por Nikita Krushev ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), no começo de 1956 (SANTOS, 2012: 21).

Apesar da relevante contribuição dada ao tema, cabe questionar se a excessiva preocupação do autor em valorizar a linha política de afirmação do “gradualismo reformador pluriclassista” na corrente renovadora não acaba por ocultar outros aspectos importantes sobre o tema, como a expressão de classe que ela assumiu no decorrer de sua história.

Na mesma linha de valorização do legado estratégico do PCB, Werneck Vianna, em polêmica com os intelectuais que defendiam a ação de ruptura revolucionária com o regime militar, entre eles Florestan Fernandes e demais representantes do que ele denomina “*intelligentzia* paulista”, vai enfatizar o acerto da linha política esboçada desde a famosa

Declaração de Março de 1958 e que ganhara novo fôlego com os renovadores na década de 1970. Assim:

[...] a forma de resistência à ditadura que abriu caminho para a transição à democracia foi a das rupturas moleculares, tendo como inspiração principal os temas da democracia política, os quais, sobretudo a partir de meados dos anos 70, foram crescentemente vinculados aos da agenda da democratização social. Foi deste binômio democracia política–democratização social, já identificado, quase duas décadas atrás, como estratégico pela esquerda na *Declaração de Março*, que se extraiu uma política de erosão – e não de enfrentamento direto – das bases de legitimação do poder autoritário, combinando-se a eficácia nas disputas eleitorais – então heterodoxamente convertidas em “formas superiores de luta” – com a defesa dos interesses do sindicalismo e a explicitação de uma nova pauta de direitos a serem conquistados pelos setores subalternos (WERNECK VIANNA, 1997: 22-23).

Cabe ressaltar que o acerto político-estratégico, de acordo com a interpretação de Werneck Vianna, o qual segue aqui o que fora afirmado por Santos (1994), teria sido fundamentalmente da corrente renovadora do PCB, na qual ele se inseria, e não do grupo dirigente ligado a Prestes e identificado ao marxismo-leninismo, a despeito dos renovadores terem sido derrotados em seu próprio partido pelo grupo liderado por Giocondo Dias.

Numa linha contrária a esta, tem-se os estudos que lançam questionamentos sobre a ação política do PCB e dos renovadores nos anos 1970 e 1980. É o caso de algumas pesquisas recentes sobre Gramsci e seu uso no Brasil, como a do historiador Lincoln Secco. Ao pontuar as razões da derrota do PCB e o modo como a cultura política italiana foi assimilada pelo partido, Secco procura expor a série de erros ocorridos na ação dos comunistas que os levaria ao ocaso:

As razões do eclipse do PCB são várias: transposição mecânica de políticas geradas no exterior da organização; aceitação nominal do eurocomunismo e da democracia, mas resistência à democratização interna das suas estruturas (o que levou ao desligamento da sua ala eurocomunista de fato). O compromisso histórico que fracassou na Itália talvez por um problema de *timing* da política, proposto num momento de fragilidade do PCI, ainda assim era a proposta de um grande partido de massas, mas o PCB já era um pequeno partido sem inserção nos setores mais combativos da classe operária (recorde-se que a política de Berlinguer sempre reafirmou a centralidade operária, tão cara à tradição comunista). O que os comunistas não perceberam é que, ainda que a sua aposta numa transição pacífica da ditadura à democracia estivesse certa desde fins dos anos 1960 (ao contrário dos grupos que se destruíram na luta armada), eles não endossavam uma transição popular, com ativa participação de massas, pois se tornavam cauda política da oposição burguesa ao regime militar. Seja por serem mais “responsáveis” ou não, o fato é que o PCB sacrificou tudo, até mesmo o seu futuro, para garantir o retorno do país ao Estado de Direito (SECCO, 2006: 143).

A argumentação do autor sugere a conclusão de que o PCB sucumbiu, para utilizar a linguagem gramsciana, ao transformismo, isto é, foi cooptado pelas classes dominantes no Brasil na transição para a democracia e deixou de ser um agente ativo da esquerda brasileira, papel que seria desempenhado pelo PT. Trata-se de uma linha de raciocínio persuasiva, mas que não faz jus aos segmentos ativos do PCB que buscaram fomentar a “ativa participação de massas”, além de não ir a fundo aos elementos que caracterizaram a crise orgânica do partido nos anos 1970.

Outra crítica incisiva à corrente renovadora encontra-se na obra de Said (2009). Para a autora Gramsci foi apropriado pelos renovadores num movimento que conduziu à perda da concepção de centralidade operária na revolução socialista. A autora é explícita a esse respeito ao afirmar que:

[...] nos interessa estudar a tentativa de renovação no PCB, nos primeiros anos da década de 1980, e analisar o desvio de apropriação peculiar que se fez da obra gramsciana [...] Sendo exatos, ao ler os textos da *Voz da Unidade*, percebemos que se desenvolve um grupo que procura consolidar um *novo partido*, para chegar ao socialismo sem a revolução operária, reforçando apenas a democracia liberal (SAID, 2009: 135-136, grifos da autora).

Essa interpretação de Said retoma alguns dos principais argumentos utilizados pelos críticos de esquerda dos renovadores ao longo do tempo, como Florestan Fernandes⁵ e deve ser considerada no debate que será realizado com os principais intérpretes da tendência renovadora. Mas, para complicar a questão, vale ressaltar que a centralidade operária era considerada decisiva para muitos integrantes da corrente renovadora ainda no início dos anos 1980. No balanço crítico que fizeram a respeito de sua saída do PCB, David Capistrano Filho, Ubiratan de Paula Santos e Breno Altman afirmavam que:

⁵ Veja-se, por exemplo, a visão de Florestan Fernandes sobre o eurocomunismo: “O grave pecado político dos PCs é que essa luta [contra a ditadura] não se aprofunda quando se fala em eurocomunismo. Eu não sou adepto do eurocomunismo, para mim isso não passa de um processo de social-democratização dos PCs. Mas, se o eurocomunismo tem sentido, só tem sentido em países onde há uma consolidação da luta democrática em termos capitalistas. Ora, aqui nós não temos essa consolidação. A burguesia fechou espaço em termos de autocracia capitalista. Portanto, não tem sentido importar tais soluções oportunistas. É inegável que Prestes se aprofundou nas suas reflexões políticas, mas não chegou ao ponto de ver até onde ele próprio está na raiz disso tudo, e até onde o problema, para nós é transcender ao antigo prestismo e à herança que o PC acumulou ao longo desse período” (FERNANDES, 1981: 37).

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

Pelos mais diversos motivos, os comunistas deste país afastaram-se progressivamente dos “de baixo”, deixaram de alimentar sua política no solo real do mundo do trabalho, substituído de fato pelo universo das camadas médias urbanas, especialmente da nova intelectualidade expandida pelo desenvolvimento recente do capitalismo. As mais notórias concreções do campo comunista – PCB, PC do B e MR-8 – convergiram para o abandono da ótica de classe na análise do real e na tomada de posições políticas adotaram as mais chãs deformações taticistas (a tese da política *apenas* como arte do possível) e passaram a se guiar não mais pelos efetivos interesses dos trabalhadores” (CAPISTRANO FILHO *et. al*, 1986: 13-14).

O que se quer chamar a atenção desde o início é que à medida que se adentra pela análise da corrente renovadora, percebe-se a dificuldade em estabelecer um parâmetro único de classificação. Portanto, do ponto de vista historiográfico, o desafio posto diante das leituras feitas sobre o tema está em produzir uma interpretação que revele a trajetória dos renovadores em sua complexidade e riqueza, de modo a não incorrer num tipo de interpretação que se restrinja a afirmá-la ou negá-la.

A ação política ao mesmo tempo pública e subterrânea que o PCB e os renovadores fizeram para a derrota da ditadura militar em nome de um programa democrático ainda está por ser desvendada em seus múltiplos aspectos.

Os resultados parciais da pesquisa podem ser divididos em três aspectos principais até o momento. No primeiro, a gênese da tendência renovadora é entendida sob dois ângulos: por um lado, como desdobramento da própria prática do PCB em prol da revolução burguesa, nacional-democrática, diante da coalizão de forças conservadoras que o relegaram à ilegalidade durante a maior parte de sua história, mesmo em períodos de maior abertura política (como nos anos de 1956 a 1964); por outro, na perspectiva da formação dos intelectuais, tendo em vista ser esta uma preocupação constante do PCB em sua história. Numa situação de crise internacional do movimento comunista pós-56 (XX Congresso do PCUS) houve uma resposta interna no PCB com consequências significativas.

Quanto ao segundo aspecto, o foco está voltado para as relações entre a classe operária e o PCB, a fim de lançar luz sobre os fatores que levaram a uma situação de crise orgânica do partido, com consequências dramáticas. Nesse caso é dada especial atenção ao Placconpe (Plano de Construção e Consolidação do Partido nas Empresas), algo ainda pouco estudado na história do PCB e aqui rastreado principalmente por meio da Voz Operária. A sua não expansão e aniquilamento por parte da ditadura militar é considerada um elemento importante para se compreender porque o PCB não alcançou mais a hegemonia na classe

operária e a própria ascensão de uma nova esquerda nucleada no Partido dos Trabalhadores (PT).

Quanto ao terceiro aspecto, referente ao momento de afirmação da tendência renovadora no partido, mas agora em condições de propor um programa teoricamente sustentado e de disputar a liderança do PCB em pleno processo de transição, o que ocorreu precisamente entre os anos de 1976 e 1983.

Referências

ALTMAN, B., CAPISTANO FILHO, D., SANTOS, U. P. **Há o que fazer:** a esquerda na nova república. São Paulo: Hucitec, 1986.

COUTINHO, C. N. **A Democracia como Valor Universal**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

FERNANDES, F. Florestan Fernandes: a pessoa e o político. [1980]. São Paulo: **Nova Escrita Ensaio**, 1981. Entrevista concedida a José Chasin *et al.*

Inquérito Policial Militar (IPM) 709. **O comunismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966. v. 2.

LÊNIN, V. I. Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento. In: LENINE, V. I. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986. v.1.

MAZZEO, A. C. **Sinfonia Inacabada:** a política dos comunistas no Brasil. Marília: Unesp/Marília; São Paulo: Boitempo, 1999.

SAID, A. M. **Uma estratégia para o Ocidente:** o conceito de democracia em Gramsci e o PCB. Uberlândia: Edufu, 2009.

SANTOS, R. **O Pecebismo Inconcluso:** escritos sobre idéias políticas. 2 ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Sociedade Rural, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1994.

_____. O marxismo político de Armênio Guedes. In: SANTOS, R. (Org.). **O marxismo político de Armênio Guedes:** seleção de textos e introdução de Raimundo Santos. Brasília: Contraponto,; Fundação Astrojildo Pereira (FAP); 2012.

SECCO, L. **Gramsci e o Brasil:** recepção e difusão de suas ideias. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Gramsci e a revolução**. São Paulo: Alameda, 2006.

WERNECK VIANNA, L. **A revolução passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

— Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013 —

ANPUH
BRASIL